



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO:  
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES**

**JOSÉ EDSON DA SILVA**

**A FORMAÇÃO DE EDUCADORES (AS) DO CAMPO**

**ITABAIANA - PB  
2014**

**JOSÉ EDSON DA SILVA**

**A FORMAÇÃO DE EDUCADORES (AS) DO CAMPO**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares, da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do título de especialista.

Orientadora: Profa. Ms. Ana Célia Silva Menezes

ITABAIANA – PB  
2014

S586f Silva, José Edson da  
A Formação dos Educadores(as) do Campo [manuscrito] : /  
José Edson da Silva. – 2014.  
46 p. : il.

Digitado.

Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação:  
Práticas pedagógicas interdisciplinares) – Universidade Estadual  
da Paraíba, Pró Reitoria de Ensino Técnico, Médio e Educação a  
distância, 2014.

“Orientação: Profa. Ma. Ana Célia Silva Menezes,  
Departamento de Educação”.

1. Educação. 2. Formação do educador. 3. Educação no

Campo. I. Título.

21. ed. CDD 370.1

**JOSÉ EDSON DA SILVA**

**A FORMAÇÃO DE EDUCADORES (AS) DO CAMPO**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do título de especialista.

Aprovada em 14 de junho de 2014

  
Prof.<sup>a</sup> Ms. Ana Célia Silva Menezes  
Orientadora

  
Prof. Ms. Francisco das Chagas Galvão de Lima  
Examinador

  
Prof.<sup>a</sup> Ms. Geleon José de Oliveira  
Examinador

A Deus, porque sem Ele eu não teria chegado até aqui. Nos momentos em que eu pensei em desistir Ele segurou em minhas mãos e me mostrou o caminho certo. Aos meus pais, José Bila da Silva e Maria Pedro da Silva, que sempre me incentivaram a lutar pelos meus objetivos e me ensinaram a nunca desistir diante das dificuldades. Eu sou eternamente grato por tudo que fizeram por mim. Amo demais vocês!

## AGRADECIMENTOS

À Profa. Dra. Morgana Lígia de Farias Freire, coordenadora do Curso de Especialização, por seu empenho.

À professora Ms. Ana Célia Silva Menezes, pelas leituras sugeridas ao longo desta orientação e pela dedicação.

Ao meu pai, José Bila da Silva (*in memoriam*) embora fisicamente ausente, sentia sua presença ao meu lado dando-me força, e à minha mãe, Maria Pedro da Silva, pela formação que me deram.

Aos professores do Curso de Especialização da UEPB, em especial, Profa. Ms. Ana Célia Silva Menezes, que contribuíram ao longo de trinta meses, por meio das disciplinas e debates, para o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos funcionários da UEPB, pela presteza e atendimento quando nos foram necessários.

Aos colegas de classe pelos momentos de amizade e apoio.

À minha amiga, Sarah Klébia, pela colaboração neste trabalho científico.

Aos meus filhos Werverson, Werton e Welida, pela ajuda que me deram na digitação da minha monografia e, sobretudo, à minha esposa Josinete, pela força que me deu e pela sua paciência nas horas difíceis da minha vida como homem e como técnico.

## RESUMO

Durante anos, o sistema educacional do Brasil é urbano, as políticas públicas foram elaboradas pensando na cidade e nos cidadãos urbanos, a cidade tem sido idealizada como um espaço civilizatório, de convívio e socialização, expressando uma dinâmica política, cultural e educativa. Essa visão da cidade carregou consigo uma ideia negativa de que o campo é um lugar atrasado e de tradicionalismo cultural, que causou assim um atraso também na Educação do Campo. Neste sentido apresentamos um estudo sobre a formação dos educadores do campo, desenvolvido a partir de uma pesquisa que buscou responder a seguinte questão: A formação dos educadores que atuam no campo atende às especificidades do contexto no qual estão inseridos? Qual a contribuição e quais as fragilidades dessa formação? A partir desta questão, compreende-se o processo de formação dos educadores (as) do campo, refletindo sobre a contribuição e as fragilidades desse processo, considerando o contexto no qual esta se desenvolve. Este trabalho investigativo foi desenvolvido a partir de uma pesquisa de campo, qualitativa, que envolveu oito escolas e vinte professores do campo do município de Pilar, PB. Os principais teóricos nos quais foi fundamentado este estudo são: Miguel Gonzalez Arroyo (2007); Araújo (2011) e Caldart (2012). A formação dos educadores do campo foi uma das conquistas conseguidas pelos movimentos sociais do campo, que colocaram na política dos governos e diante da sociedade os direitos do povo do campo e a necessidade de urgência para que o Estado venha colocar em prática as políticas públicas que garantam esse direito. Através dessas políticas, os movimentos sociais vêm cobrando cursos de formação, em convênio com escolas normais e universidade, para que se formem educadores capacitados a atuar na especificidade social e cultural daqueles que vivem no campo. Chegamos assim à conclusão de que a formação dos educadores que lecionam no campo não atende às especificidades deste contexto, dificultando a implementação da proposta de educação do campo.

Palavras-chave: Formação. Educação do Campo. Educador.

## ABSTRACT

For years, the education system in Brazil is urban, public policies were prepared in city planning and urban citizens, the city has been idealized as a civilizational space, living and socializing, expressing a dynamic political, cultural and educational. This view of the city carried with a negative idea that the field is a backwater and cultural traditionalism. Let it also caused a delay in the Field Education. In this sense we present a study on the training of teachers of the field, developed from a study that sought to answer the following question: The training of educators working in the field meets the specific context in which they live? What contribution and what the weaknesses of this training? From this question, we understand the process of training of educators (the) field, reflecting on the contribution and weaknesses of this process, considering the context in which it develops. This research work has been developed from field research, qualitative, involving eight professors and twenty schools of the municipality of Pilar field-PB. The main theoretical reasoned out where this study are: Miguel Gonzalez Arroyo (2007); Araujo (2011) and Caldart (2012). The training of teachers of the field was one of the accomplishments achieved by rural social movements, who put on government policy and in society the rights of the people of the field and the need for urgency so that the state will put in place public policies that guarantee this right. Through these policies, social movements has been charging training courses in partnership with regular university and schools to be formed trained educators to work within the social and cultural those living in the countryside specificity. We thus come to the conclusion that the formation whose educators who teach in the field have not meet the specifics of the context fields. Hindering the implementation of the proposed field education.

Keywords: Training. Field Education. Educator.

## LISTA DE FIGURA E GRÁFICOS

Figura 1	Localização geográfica e vista aérea da cidade de Pilar, PB .....	31
Gráfico 1	Escolas com Ensino Básico da zona rural do município de Pilar, PB	34
Gráfico 2	Distribuição do alunado nas escolas da zona rural do município de Pilar, PB .....	34
Gráfico 3	Formação dos professores da zona rural do município de Pilar .....	35

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Descrição das etapas e modalidades com taxa de atendimento em porcentagem .....	21
Tabela 2	Apresentação da infraestrutura das escolas do campo .....	21
Tabela 3	Formação dos professores – Educação Infantil e Ensino Fundamental I .....	27
Tabela 4	Formação dos professores – Ensino Fundamental II e Ensino Médio .....	27

## LISTA DE SIGLAS

CEB	Câmara de Educação Básica
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNE	Conselho Nacional de Educação
Contag	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT	Comissão Pastoral da Terra
EJA	Educação de Jovens e Adultos
GPT	Grupo Permanente de Trabalho
hab	Habitantes
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INEP	Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa
Km	Quilômetro
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEB	Movimento de Educação de Base
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PEA	Programa Escola Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROCAMPO	Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo
PRONACAMPO	Programa Nacional de Educação do Campo
SECAD	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande.
UnB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>EDUCAÇÃO DO CAMPO .....</b>	<b>15</b>
2.1	EDUCAÇÃO DO CAMPO: reflexões conceituais .....	15
2.2	BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO .....	17
2.3	DADOS ATUAIS .....	20
<b>3</b>	<b>A FORMAÇÃO DO EDUCADOR .....</b>	<b>23</b>
3.1	A FORMAÇÃO DO EDUCADOR DO CAMPO SEGUNDO AS ORIENTAÇÕES LEGAIS.....	25
3.2	PRONACAMPO .....	27
<b>4</b>	<b>PROCEDIMENTO METODOLÓGICO .....</b>	<b>29</b>
4.1	CARACTERIZAÇÃO DO TIPO DE PESQUISA .....	29
4.2	DETALHAMENTO DO PERCURSO METODOLÓGICO .....	30
<b>5</b>	<b>A FORMAÇÃO DO EDUCADOR DO CAMPO EM PILAR: resultados da pesquisa .....</b>	<b>31</b>
5.1	DESENVOLVENDO O CENÁRIO, CARACTERIZANDO A REALIDADE DOS QUE LECIONAM NA EDUCAÇÃO DO CAMPO EM PILAR, PB .....	31
<b>5.1.1</b>	<b>O Município de Pilar, PB: retrato a partir dos elementos históricos e geográficos .....</b>	<b>31</b>
<b>5.1.2</b>	<b>Aspectos populacionais e socioeconômicos .....</b>	<b>33</b>
<b>5.1.3</b>	<b>Aspectos educacionais e desportivos .....</b>	<b>33</b>
5.2	A FORMAÇÃO DO EDUCADOR DO CAMPO EM PILAR, PB: algumas reflexões .....	35
<b>5.2.1</b>	<b>Perfil dos professores e professoras do campo .....</b>	<b>35</b>
<b>5.2.2</b>	<b>Concepção de formação .....</b>	<b>37</b>
<b>5.2.3</b>	<b>Tipo de formação .....</b>	<b>38</b>
<b>5.2.4</b>	<b>Contribuições e fragilidades da formação .....</b>	<b>39</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>41</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>42</b>
	<b>APÊNDICES .....</b>	<b>44</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A Educação do Campo ficou à margem das discussões e pautas políticas durante séculos. O processo de colonização do Brasil teve um caráter marcadamente exploratório e, como a base econômica durante a colônia e o império não exigia mão-de-obra especializada, somente muito tardiamente a educação foi tratada como direito do cidadão e dever do Estado.

Nas primeiras décadas do século XX, o Brasil vivencia o processo de industrialização e, a partir desta nova realidade, novas pautas começam a fazer parte da agenda social, especialmente no âmbito educacional. Contudo, a educação como direito é uma conquista da Constituição de 1988. Neste sentido, a década de 1990 é um marco nas lutas sociais, especialmente pela promoção da educação do campo.

A formação de educadores e educadoras é um tema fundamental na reflexão da educação, sobretudo da educação básica. Neste trabalho de pesquisa, optamos por pesquisar e discutir a formação de educadores e educadoras que atuam como professores e professoras no campo, especificamente, os que atuam na cidade de Pilar, PB. A Educação do Campo apresenta inúmeras dificuldades específicas e particulares, bem como potencialidades e possibilidades que merecem ser refletidas a partir dos processos educativos vividos no cotidiano.

Estudos e análises que vêm sendo feitas ao longo das últimas décadas no âmbito da formação dos docentes apontam algumas situações adversas, que refletem os desafios que enfrentam esses profissionais no dia a dia de suas práticas na educação do campo.

A falta de oportunidade para estudar e especializar-se são alguns dos percalços enfrentados pelos docentes que atuam na escola do campo. Os salários, que quase são insuficientes para garantir o seu sustento e o da sua família, entre outros problemas, tem funcionado como desestimulador para que possam se tornar bons profissionais.

A maioria dos profissionais que atuam nas escolas da zona rural, do ensino fundamental I e II, são educadores e/ou educadoras que não têm formação específica para atuarem na educação do campo.

As escolas ficam localizadas no campo, mas a educação não é do campo. Essas escolas, geralmente, têm as mesmas características das escolas urbanas com currículos idênticos, não preparando os educandos para sua realidade vivenciada no seu meio e não contribuindo para sua vida cotidiana. São escolas distantes das pessoas que as frequentam.

Para construir uma educação de qualidade para o campo, é de suma importância que haja políticas públicas, principalmente no que diz respeito à formação tanto inicial quanto

continuada do corpo docente das escolas do campo. Uma educação que atenda à garantia e ao direito de um ensino de melhor qualidade e contextualizado para formar cidadãos que sejam capazes de transformar a realidade do espaço em que estão inseridos para uma melhor qualidade de vida. Essa construção significa formar cidadãos críticos, conscientes e conhecedores da realidade para que possam atuar em diferentes espaços educativos. Educadores cujo principal trabalho pedagógico é um fazer que envolva a escola, a família e a comunidade. Assim, teremos um novo educador preparado não só para atuar na educação urbana, mas também preparado para exercer sua função nas escolas localizadas no campo.

A discussão sobre a especificidade da formação de educadores do campo é um processo ainda muito recente na realidade da educação brasileira, apesar dos movimentos dos camponeses estarem reivindicando isto desde 1998. Pouco mais de um terço (35%) dos professores das escolas rurais dão aulas sem a formação adequada. Formar esse contingente de 118.736 profissionais é apenas um dos desafios do governo federal, que lançou em 2012 o Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO)<sup>1</sup>.

Existem muitos educadores que têm formação de nível superior em licenciatura plena, mestrado e até mesmo doutorado, mas não têm qualificação em educação do campo. Dados do Censo Escolar 2010 mostram que a precariedade da formação dos docentes é mais grave nas séries finais do ensino fundamental e no ensino médio. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), apenas professores com diploma de licenciatura podem dar aulas nessa fase. Contudo, metade dos que atuam no campo não é graduada.

Levantamento feito pela organização “Todos pela Educação” aponta que 91.380 professores que atuam nessa fase sequer cursaram uma graduação. Outros 3.993 têm diploma, mas não de licenciatura, como recomendado pela lei. Juntos, eles representam 49,9% do total de educadores que lecionam nas turmas finais do ensino fundamental e do ensino médio.

Segundo Arroyo (2007), uma das estratégias que os movimentos sociais vêm adotando para a formação de educadores e educadoras do campo é de reivindicar do poder público espaços nas políticas e programas de formação do MEC, das secretarias estaduais e municipais de educação. Uma estratégia em curto prazo, exigindo que nesses programas de formação se equacione a especificidade da educação dos povos do campo. Os movimentos reivindicam ser efetivos parceiros na elaboração e implementação dessas políticas e programas de formação, para que superem os traços destacados: os paradigmas urbano e generalista. Por exemplo, nos programas destinados à formação de educadores (as) da

---

<sup>1</sup> A discussão acerca deste programa será feita no item 3.2

infância, reivindicam dar destaque ao conhecimento das formas específicas de ser criança e de viver a infância no campo, na agricultura familiar, no extrativismo, na pesca, nos quilombos e territórios indígenas; dar destaque ao preparo dos educadores (as) para a formação plena dessas infâncias é uma incumbência e contribuição do processo de formação.

Diante do exposto, consideramos de salutar relevância este tema de pesquisa. Levantamos como nossa questão de investigação: A formação dos educadores que atuam no campo atende às especificidades do contexto no qual estão inseridos? Qual a contribuição e quais as fragilidades desta formação?

Ao investigarmos a formação de educadores e educadoras do campo temos como objetivo geral: Compreender o processo de formação dos educadores (as) do campo, refletindo a contribuição e as fragilidades deste processo considerando o contexto no qual esta se desenvolve. Para compreendermos o processo formativo dos professores do campo é preciso identificar e discutir a concepção e as práticas de formação oferecidas a estes sujeitos e refletir sobre o impacto desta formação na prática pedagógica.

Com estas intenções desenvolveremos uma pesquisa de campo, numa abordagem qualitativa, a partir das contribuições de Marly Oliveira (2010). A pesquisa será exploratória e terá como campo de estudo oito (08) escolas em diferentes sítios localizados no município de Pilar, PB.

Considerando serem muitos os autores que oferecem contribuições para se pensar a especificidade da formação de educadores do campo, escolhemos alguns que darão o suporte teórico às discussões aqui apresentadas: Miguel Gonzalez Arroyo (2007); Araújo (2011) e Caldart (2012).

Este trabalho monográfico está estruturado em seis partes: sendo um capítulo de introdução, dois capítulos teóricos, a metodologia, a análise dos dados coletados e as considerações finais.

Uma pesquisa oportuniza sempre uma nova reflexão e um olhar sobre determinada temática. Aqui, portanto está registrado o que nos foi possível construir a partir do trabalho investigativo desenvolvido. Ciente do limite deste trabalho, esperamos tão somente chamar a atenção para a importância, as dificuldades e as contribuições pedagógicas da formação dos professores, especificamente, no campo.

## 2 EDUCAÇÃO DO CAMPO

Neste primeiro capítulo serão apresentados alguns elementos importantes na construção do conceito de educação do campo, seu percurso histórico e alguns dados atuais que possibilitaram um olhar panorâmico e contextualizado sobre o tema aqui pesquisado que é o processo de formação dos educadores e educadoras que atuam no campo.

### 2.1 EDUCAÇÃO DO CAMPO: reflexões conceituais

Podemos afirmar que a Educação do Campo é um paradigma em construção, construído coletiva e historicamente pelos movimentos sociais vinculados à luta pela democratização do acesso à terra, e por direitos historicamente negados aos povos do campo.

Assim, o campo é mais do que um perímetro não urbano. É um espaço geográfico, humano, social e cultural; incorpora os espaços da floresta, da população ribeirinha, da pecuária e das minas.

Podemos dizer que, no contexto da Educação do Campo, elementos como a situação social objetiva das famílias trabalhadoras, o aumento da pobreza, a degradação da qualidade de vida e, conseqüentemente, o aumento da desigualdade social e da exclusão provocada pela implantação violenta do modelo capitalista de agricultura exigem posicionamento e ações efetivas no âmbito da educação. Ações de enfrentamento a este modelo social e educacional.

Em relação à educação, através de relatos dos autores citados no decorrer do trabalho e de pesquisas anteriores, constatamos ausência de políticas públicas que garantam o direito à educação e à escola para os camponeses/ trabalhadores do campo. Frente a esta situação a sociedade civil organizada vem coletiva e historicamente reagindo a esta situação social; especialmente através das lutas camponesas e, entre elas, a luta pela terra e pela reforma agrária. Temos então, no âmbito da sociedade, estabelecido o debate de outra concepção de campo e de projeto de desenvolvimento que sustente uma nova qualidade de vida para a população que vive e trabalha no campo. Vinculadas a estas lutas sociais, é visível a presença significativa de experiências educativas que expressam a resistência cultural e política do povo camponês frente às diferentes tentativas de sua destruição. Conforme relata Roseli Caldart:

A Educação do Campo se constitui a partir de uma contradição que é a própria contradição de classe no campo: existe uma incompatibilidade de origem entre a agricultura capitalista e a Educação do Campo, exatamente porque a primeira

sobrevive da exclusão e morte dos camponeses, que são os sujeitos principais da segunda (CALDART, 2004, p.13).

A agricultura capitalista citada pela autora Caldart causou uma das maiores dívidas para com a população do campo, especialmente no que diz respeito à educação formal, o que comprometeu a elevação da escolaridade dos sujeitos, sua cultura e o seu padrão de vida. Além da insatisfação ocasionada pelo acesso à escola de forma tardia, a falta de acesso aos saberes historicamente construídos dificultou (e ainda dificulta) a apropriação da educação como instrumento de construção de novas possibilidades de vida para os povos do campo. Se por um lado reconhecemos um precário investimento na política pública de educação dos camponeses, por outro reconhecemos também alguns elementos que sinalizam avanços.

Segundo Caldart (2012), em 1962 já é possível identificar muitas questões importantes na discussão conceitual da Educação do Campo. Uma dessas questões é a de que:

A materialidade de origem (ou de raiz) da Educação do Campo exige que ela seja pensada/trabalhada sempre na tríade: Campo-Política Pública-Educação. É a relação na maioria das vezes tensa, entre estes termos que constitui a novidade histórica do fenômeno que batizamos de Educação do Campo (CALDART, 2012, p.14).

A relação campo, política pública e educação incidem diretamente no campo da formação de professores/as. É importante que esta questão seja discutida e tratada na perspectiva das políticas públicas de educação. Caldart (2012) destaca algumas questões a serem pensadas quanto às particularidades que há na Educação do Campo, provocando assim uma importante discussão no âmbito da educação nacional. Uma das questões trabalhadas por Caldart e que merece ser considerada é a especificidade da Educação do Campo. Neste sentido o movimento da Educação do campo destaca a importância de se colocar esta discussão na pauta da educação do país. Ela lembra três momentos relevantes que formaram o cenário do movimento da Educação do Campo: A negatividade, a positividade e a superação. A ideia central da negatividade é que não se adianta investir no campo, pois de lá não há um rendimento satisfatório. A visão da positividade apoia-se na ideia de que é possível investir em práticas e propostas pedagógicas contextualizadas na realidade do campo pensando no que fazer e como fazer para se desenvolver uma Educação do Campo que atenda aos interesses e necessidades concretas da vida dos camponeses. E a superação idealiza outro entendimento e conceito de campo, de cidade e da relação campo-cidade, da educação e da escola no campo.

Assim, a educação do campo é um paradigma de educação comprometido com o processo de transformação social e com a emancipação humana.

Percebemos que a Educação do Campo não acontece por decreto e sim através de lutas populares organizadas. A Educação do Campo é direito de todos e dever do Estado. A finalidade da Educação do Campo, portanto, é oferecer uma educação escolar específica associada à produção da vida, do conhecimento e da cultura do campo e desenvolver ações coletivas com a comunidade escolar numa perspectiva de qualificar o processo de ensino e aprendizagem e contribuir nos processos de transformação social.

A Educação no Campo tem características e necessidades próprias para o aluno do campo em seu espaço cultural, sem abrir mão de sua pluralidade como fonte de conhecimento em diversas áreas. Nas últimas décadas, as discussões sobre a educação dos povos que vivem e trabalham no campo têm apresentado alguns avanços em relação à melhoria das condições da educação oferecida a essas populações. Depois de certo período de silêncio em relação a políticas públicas para o meio rural, aparecem indicações de que se abrem novas perspectivas para a Educação do Campo.

Arroyo & Fernandes (1999) na Articulação Nacional Por Uma Educação Básica do Campo salientam que o termo “campo” é resultado de uma nomenclatura proclamada pelos movimentos sociais e deve ser adotada pelo sistema governamental e suas políticas públicas educacionais, mesmo quando ainda relutantemente pronunciada em alguns universos acadêmicos de estudos rurais. Historicamente percebemos que a criação do conceito de educação escolar no meio rural esteve vinculada à educação “no” campo, descontextualizada, elitista e oferecida para uma minoria da população brasileira. Porém, na atual conjuntura, a educação “do” campo, estreita laços com inúmeros projetos democráticos que contribuem para o fortalecimento da educação popular, contribuindo assim como um instrumento de construção da cidadania.

## 2.2 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

No início dos anos de 1990, alavancada pela mobilização dos movimentos sociais, especialmente organizações vinculadas aos interesses dos trabalhadores do campo, entre as quais o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e o Movimento de Educação de Base (MEB), ganha força uma nova discussão em defesa de uma “Educação do e no Campo”. É nesse momento que novas compreensões a respeito da educação dos povos do campo e, em consequência, outro entendimento acerca do sujeito que

tem sua vida significada no campo, dão margem a práticas diferenciadas, provocando um novo olhar sobre a relação ensinar e aprender nesse espaço.

A instituição das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Resolução CNE/CEB 1/03/2002), implementadas pelo Ministério da Educação significou um passo importante para o reconhecimento de uma política que valoriza as especificidades do campo. No seio dessa proposta aparece uma concepção de educação do campo que ultrapassa as históricas e equivocadas propostas do ruralismo pedagógico, nas quais a Educação Rural se associa à concepção de atraso que orientou as políticas ao longo de quase todo século XX (SOUZA, 2006, p. 23).

Vale salientar que nesse percurso histórico, o descaso do poder público quanto às escolas do campo sempre foi evidente e a educação no campo durante a história do Brasil foi desprovida de quase tudo. Não houve uma construção de uma proposta de educação dirigida especificamente para a realidade das populações que vivem no campo. O que existiu foi uma escola da cidade no campo, onde se aproveitavam os materiais didáticos, a formação dos professores era a mesma dos que lecionavam na cidade e os currículos eram os mesmos. Muitas vezes para se ter uma economia nos gastos públicos era preferível transferir os alunos do campo para a cidade, usando os transportes escolares, que poucos anos atrás eram transportes inadequados para locomoção de pessoas, conhecidos como “pau de arara”.

A origem da ideia de educação rural no Brasil vem de 1889 com a Proclamação da República, conforme cita a pesquisadora Cláudia Passador (2006, p. 119).

A origem da concepção de educação rural no Brasil data desde 1889 com a Proclamação da República. Na época, o governo instituiu uma Pasta da Agricultura, Comércio e Indústria para atender estudantes dessas áreas, entretanto, a mesma foi extinta entre 1894 a 1906. Foi novamente instalada em 1909, como instituições de ensino para agrônomos. E, constituiu-se como "educação pública efetivamente nacional, nos anos 30, após a criação do Ministério da Educação”.

Mas foi a partir da década de 1990 que os povos organizados do campo conseguiram agendar na esfera pública da Educação do Campo como uma questão de interesse nacional, fazendo-se ouvir como sujeitos e cidadãos de direito. Em 1997 acontece o Primeiro Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária promovido pelo MST, com o apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e Universidade de Brasília (UnB), dando origem a diversos eventos como a Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo que tinha como objetivo mobilizar

os povos do campo para a construção de políticas públicas de educação e contribuir para a reflexão político-pedagógica partindo das práticas que já existiam.

Neste mesmo ano foi criado um Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), que disponibilizava uma escolarização formal para trabalhadores rurais assentados, além de redes de universidades públicas e escolas técnicas, movimentos sociais e sindicais e a criação de secretarias de educação em todos os estados da federação.

A Resolução nº 1/2002 do CNE/CEB foi um marco inovador no processo de construção de uma política pública na esfera do Governo Federal, dos governos estaduais e municipais. Vale ressaltar que nesse processo a sociedade civil organizada e os povos organizados do campo foram os principais protagonistas. Em 2004 foi criada a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/ MEC).

Diante deste breve histórico, observa-se que as escolas rurais no Brasil foram edificadas de maneira tardia e sem um real apoio do Estado para que houvesse um desenvolvimento. Até as primeiras décadas do século XX, a educação era um privilégio de poucos, principalmente no meio rural. A educação destinada aos povos do campo não foi nem mencionada nos textos constitucionais até 1891. Visualizamos o descaso das elites dominantes com a educação pública, principalmente em relação às escolas no campo. De acordo com o Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo criado pelo Ministério da Educação em 03/06/2003:

O Estado brasileiro omitiu-se: (1) na formulação de diretrizes políticas e pedagógicas específicas que regulamentassem como a escola do campo deveria funcionar e se organizar; (2) na dotação financeira que possibilitasse a institucionalização e a manutenção de uma escola com qualidade em todos os níveis de ensino; (3) na implementação de uma política efetiva de formação inicial e continuada e de valorização da carreira docente no campo (BRASIL, 2005, p.7).

Com a notória negligência do Estado em relação às escolas rurais, as próprias comunidades se organizaram para criar escolas e garantir a educação de seus filhos, contando algumas vezes com o apoio da Igreja, partidos de esquerda, sindicatos dos trabalhadores rurais, comprometidos com a educação popular. É certo que os problemas no país são muitos, mais no meio rural a situação é mais complicada. Os currículos dessas escolas têm dado ênfase aos direitos básicos da cidadania, limitando e reduzindo-se aos limites geográficos e culturais da cidade, negando-se a reconhecer o campo como um espaço social e de constituição de identidades e sujeitos.

As Referências para uma Política Nacional de Educação do Campo, documento elaborado pelo Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo (GPT) criado pelo Ministério da Educação em 2003 reforçam essa argumentação quando lembram que: “[...] o discurso modernizador e urbanizador enfatiza a fusão entre os dois espaços, urbano e rural”. Segundo a ideologia da modernização, “o campo é uma divisão sociocultural a ser superada, e não mantida” (GPT, 2005,p.8).

Esse discurso que enfatizava a fusão entre os dois espaços vem do desenvolvimento industrial que acontecia no Brasil por volta da primeira metade do século XX por acreditarem que em algumas décadas a sociedade rural iria desaparecer, tornando assim a zona rural inferior à urbana. Na verdade, com todos os avanços vistos na educação e em todas as áreas no nosso país, não melhorou muito a educação rural. Ainda existe a necessidade de um olhar mais aguçado para a Educação no Campo que infelizmente ainda é tratada no campo da política educacional como algo menor ou secundário. A Educação do Campo avançou conceitualmente, mas a realidade das escolas do campo ainda é muito precária.

Apesar das conquistas, a luta pelo fortalecimento e efetivação de políticas públicas destinadas aos povos do campo acena para um longo caminho a ser trilhado.

### 2.3 DADOS ATUAIS

Durante anos o morador da zona rural vem sendo lesado nos seus direitos de cidadão, se é que eram considerados como cidadãos. Marginalizado, o indivíduo que morava no campo, conhecido como homem da roça e/ou matuto, servia apenas para a mão de obra braçal. Apenas obedecia aos seus patrões e senhores, donos das terras em que habitavam e de que dependiam para o seu sustento. Os camponeses sempre viveram debaixo das ordens dos seus senhores, não tinham opinião e nem uma ideologia que visasse uma melhoria de vida sociopolítica. A falta de uma educação direcionada para os que vivem no campo foi um dos motivos desse atraso, pois o estado não lhes proporcionou esse direito. Uma educação direcionada às necessidades do campo, que os preparasse para ter o controle de suas terras e que os ajudasse a administrá-las de maneira eficaz. Essa realidade insiste em persistir apesar do histórico de luta dos movimentos dos povos do campo, não só por uma qualidade melhor e por um acesso à terra, mas, também, por direitos constitucionais, entre eles à Educação.

O resultado de uma histórica negligência do Estado em relação à Educação do Campo resulta em um atraso visto claramente em números como nos apresenta o ex-ministro da Educação Aloizio Mercadante em uma apresentação na Câmara dos Deputados, exibida pelo

canal de notícias governamental brasileiro<sup>2</sup>, informações baseadas no Censo Demográfico do IBGE 2010 e no Censo Escolar INEP-2010 em relação à educação básica no campo.

Observando os dados abaixo, vê-se um baixo nível de atendimento da educação do campo, sobretudo no que se refere à educação infantil e à modalidade da Educação de Jovens e Adultos nos níveis Fundamental e Médio.

Tabela 1 – Descrição das etapas e modalidades com taxa de atendimento em porcentagem

<b>ETAPAS E MODALIDADES</b>	<b>TAXA DE ATENDIMENTO</b>
Educação Infantil – Creche	6,9 %
Educação Infantil – Pré-Escola	66,8%
Ensino Fundamental	91,9%
Ensino Médio	18,43%
EJA Fundamental	4,3%
EJA Médio	3,1%

Fonte: IBGE – 2010.

No que diz respeito à infraestrutura das escolas do campo o quadro nacional é bem preocupante:

Tabela 2 – Apresentação da infraestrutura das escolas do campo

<b>INFRAESTRUTURA</b>	<b>ESCOLA CAMPO</b>	<b>PERCENTUAL</b>
Sem PROINFO	53.250	67,5%
Sem internet	68.651	90,1%
Sem internet banda larga	71.759	94,1%
Sem energia elétrica	11.413	15,0%
Sem água potável	7.950	10,4%
Sem esgoto sanitário	11.214	14,7%

Fonte: IBGE – 2010.

Conforme as palavras do ex-ministro da Educação Aloizio Mercadante, “A escola tem o papel fundamental para repensar o lugar do campo e do trabalhador do campo”. O mesmo

<sup>2</sup> Apresentação do ex-Ministro de Educação Aluísio Mercadante (2012). Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=oJ-2filAers>>. Acesso em: 05 mar. 2014.

expressa a necessidade de escolas com mais qualidade, voltadas para as raízes do campo, para a terra, para o universo desses jovens.

Os dados exibidos acima denunciam a precariedade física e pedagógica das escolas rurais, um registro de abandono em que se encontram as escolas do campo em todo o território brasileiro. Abrimos aqui uns parênteses para ressaltar a realidade do município no qual este trabalho de pesquisa foi desenvolvido, as escolas que se localizam na zona rural do município de Pilar, PB vivem a mesma situação de precariedade. As escolas se encontram sem água potável, com espaço físico insuficiente, sem acompanhamento pedagógico, com a ausência de bibliotecas e tecnologia digital.

Em nível federal, nos últimos quinze anos, os governos vêm investindo em implantação de políticas e projetos que alterem essa realidade. Contudo, a situação das escolas do campo em muitos lugares no país é uma situação caótica e ainda não se conseguiu implantar uma educação de qualidade no âmbito rural nem amenizar a dívida causada ao campo durante os períodos históricos.

### 3 A FORMAÇÃO DO EDUCADOR

A discussão sobre a formação do educador do campo nos remete inicialmente a uma reflexão sobre os processos de formação de educadores no Brasil. Nossa história atesta que o entendimento da necessidade de uma formação específica para a docência é algo muito tardio na realidade educacional brasileira. Somente a partir da década de 1930, mais especificamente entre os anos de 1931 e 1932, com a reforma Francisco Campos, é organizado o regime universitário para o ensino superior e se coloca em pauta a necessidade de uma ‘qualificação do magistério’, o que implica profissionalizar o ofício de docência (VEIGA, 2004).

Entretanto, vale ressaltar que mesmo com as grandes mudanças no cenário político e econômica da década de 30, a organização agrária no Brasil permaneceu a mesma: a política de concentração de terras sob a forma de latifúndio sempre colocou o homem e a mulher do campo em condição de exclusão. Se por um lado esta realidade agrária gerou o atraso social e econômico ainda sentidos nos dias atuais, por outro lado esta mesma realidade impulsionou a organização de movimentos sociais e organizações sindicais no campo. Como já dissemos anteriormente, os movimentos sociais e organizações sindicais impulsionados pela necessidade de luta para que fossem reconhecidos seus direitos, exigiram o acesso à educação escolar. Contudo, a sociedade burguesa e urbana sempre entendeu que camponês não precisa estudar; quem deveria pensar por eles eram os doutores, obviamente os filhos do patrão.

No campo da formação o que se teve sempre foi uma formação de professores para atuar na cidade. Com essa visão estigmatizada de pouca ou nenhuma significação na vida do povo do campo foram formados os profissionais da educação, inclusive os professores e professoras para atuarem nas escolas do campo. Essa formação focada em um mundo urbano não os qualificou para lidar com os sujeitos do campo, nem os ajudou a compreender a educação como um instrumento que deve ajudar a construir uma identidade específica do homem do campo.

A pressão dos movimentos sociais fez com que o Estado que estava em falta com o morador do campo, elaborasse políticas públicas para investir na melhoria da educação nas zonas rurais.

Quando falamos em educação do campo não podemos esquecer que uma das ações que deve ter maior investimento por parte dos governos municipais, estaduais e federais é a formação do educador que fora enviado para lecionar nas escolas do campo.

Para que a formação ocorra em sua plenitude, se faz necessário que tenha concepção sociopolítica, aqui numa perspectiva freiriana, ou seja, uma formação do ser para ser mais, para uma liberdade física e psicológica, para que haja democracia em sua plenitude, entendida como doutrina política onde a participação popular ocorre de forma consciente, com cidadãos formados para pensar e não apenas para reproduzir ideologias dominantes (ARAÚJO, 2011, p.30).

Como nos apresenta Araújo, a formação do educador do campo exige um nível de politicidade, comprometimento que está para além das questões meramente técnicas. O que temos observado é que quando a formação é garantida ao professor não se faz este debate político que o ajuda a situar-se e a situar sua prática pedagógica num contexto maior.

A formação docente diz respeito ao movimento de formar, ou seja, dar forma constituindo assim o educador, tornando-o um profissional dotado de saberes inerentes importantes para se desenvolver na sua profissão.

O processo de formação dos professores independente de ser do campo ou da cidade pode ser inicial ou continuado. A formação iniciada é uma condição para que o indivíduo possa ser inserido na profissão escolhida, dando-lhe o direito de adquirir um título que lhe permitirá ingressar na profissão. Lívia Borges (2010, p. 53) afirma que a formação inicial que o sujeito adquire o caracteriza como profissional da docência.

A formação continuada são as atividades formativas praticadas pelo profissional que já possui o título, realizadas no decorrer do exercício da profissão. Alguns exemplos de formação continuada são os congressos, colóquios e seminários, cursos promovidos pelas secretarias estaduais ou municipais da educação, por sindicatos, pelas universidades.

A formação de professores, cujas concepções são diversificadas e dão diferentes sentidos e importâncias ao docente que carrega diversas responsabilidades como: pedagógica, social, educativa, prática, estimuladora e ética. Por isso é importante ter um embasamento teórico sobre formação docente ao se avaliar a formação do educador, pois os modelos dessas formações estão presos à maneira como esta é concebida e aos objetivos para o tipo profissional que a sociedade quer ter.

Pensando na formação do educador do campo, pode-se buscar uma formação contextualizada, necessária a uma educação que tenha significado para os sujeitos que dela participam. É preciso uma educação construída a partir das vivências daqueles que dependem do campo, fornecendo instrumentos para que se possa compreender a realidade e transformar os resultados quantitativos em qualitativos para melhoria da Educação do Campo.

Por isso o professor do campo, como todo professor, deve possuir uma formação que se coadune com sua realidade, o que implica em uma formação de professores

camponeses para que atuem no campo e pelo campo, como elemento educativo primordial para a apreensão da realidade camponesa pelos próprios sujeitos (ARAÚJO,2011, p. 38).

É necessário que se priorize a formação e a qualificação dos professores que precisam de qualificação específica para tratar de temas voltados às especificidades e necessidades da realidade em que a escola está inserida. No caso do campo, é necessário que esses educadores tenham uma formação que busque incentivar e propor formas de permanência do sujeito no campo, um ser político que entenda a sua situação e passe a se organizar para mudar a sua realidade, em busca de uma melhor qualidade de vida usando a terra de forma a retirar dela seu sustento de maneira responsável e que preserve o meio em que está inserido.

A formação inicial e continuada são categorias que estão ligadas ao debate sobre educação do campo, mas que ainda se constitui como um desafio às instâncias formadoras, visto que estudos têm apontado que os currículos acadêmicos apresentam dificuldades de integrar em suas matrizes teóricas a diversidade social, política, econômica e cultural relacionada com a educação do campo. Diante disso, Arroyo enfatiza que:

Os movimentos sociais passam a exigir a definição de critérios que responsabilizam o Estado, as políticas e as instituições públicas com a formação específica de profissionais para a garantia do direito público à educação dos povos isolados, para configurar políticas de Estado que assumam a especificidade da formação de educadoras e educadores do campo (ARROYO, 2007, p. 163).

No conjunto de conquistas e avanços no âmbito normativo queremos destacar as ações e programas que visam garantir a formação do educador do campo.

A cada dia a formação de professores vem adquirindo um espaço importante nas políticas públicas no campo educacional, sendo vista como de importância para alcançar qualidade no ensino, como também para atender às exigências do mundo contemporâneo.

### 3.1 A FORMAÇÃO DO EDUCADOR DO CAMPO SEGUNDO AS ORIENTAÇÕES LEGAIS

Os movimentos sociais do campo estão colocando na agenda política dos governos, da sociedade e dos cursos de formação dois pontos básicos: o reconhecimento do direito dos diversos povos do campo à educação e a urgência de o Estado assumir políticas públicas que garantam esse direito.

Durante a II Conferência Nacional de Educação do Campo, realizada no ano de 2004, conforme o documento da CNBB, pretendia-se que todo processo da educação do campo

fosse reconhecido politicamente pelo Estado e pelos Governos. O intuito era no sentido de que a Educação do Campo fosse assumida como Política Pública de maneira mais explícita. Entre tantos estavam presentes a CNBB, MST, UNICEF, UNESCO, UnB, CONTAG e MEC. Avansaram na defesa do direito à política pública tomando como grito dos militantes: “Educação, direito nosso, dever do Estado”. Os movimentos sociais vinham assumindo a responsabilidade de afirmar e tentar garantir o direito à educação dos diversos povos do campo. Então passam a exigir a definição de critérios que responsabilizem o Estado, as políticas e as instituições públicas com a formação específica de profissionais para a garantia do direito público à educação dos povos isolados, para que o Estado assuma a especificidade da formação de educadores do campo.

Pressionados pelos movimentos do campo o Estado, para incentivar a formação do educador do campo, elaborou programas de formação para professores com o objetivo de promover uma qualidade maior no processo ensino-aprendizagem, e atingir as metas discutidas e definidas coletivamente para o trabalho pedagógico e em especial o que tange à educação do campo, partindo das especificidades do sujeito do campo e da formação dos professores que praticam a docência nas escolas do campo. Um exemplo é o PRONERA instituído como política pelo Decreto nº 7.352, de 04 de novembro de 2010. O PRONERA tem oportunizado, além de cursos de licenciatura em educação do campo, vários outros que servem para formar os camponeses e/ou seus filhos como profissionais de diferentes áreas que entendem e lutam pelo campo da agricultura familiar camponesa.

Um programa de formação de professores conhecido como ‘Escola Ativa’ foi idealizado para melhorar a qualidade do desempenho escolar em classes multisseriadas das escolas do campo. As classes multisseriadas fazem parte do sistema educacional brasileiro, que reúne em uma sala alunos de idades e níveis educacionais diversos que são instruídos por um só professor. A constituição dessas classes torna-se uma solução adotada em diferentes regiões do país para permitir que a população do espaço rural tenha acesso à educação, já que a baixa densidade demográfica nas respectivas áreas e o conseqüente baixo número de alunos são justificativas que inviabilizam a criação de turmas voltadas ao atendimento de séries ou faixas etárias específicas. Entre os principais objetivos da Escola Ativa havia o de implantar nas escolas recursos pedagógicos que estimulem a construção do conhecimento do aluno e capacitar professores que atuam em salas multisseriadas.

Se observarmos as tabelas a baixo veremos a necessidade de educadores do campo formados de maneira adequada para lecionar nas escolas do campo.

Tabela 3 – Formação dos professores – Educação Infantil e Ensino Fundamental I

Área	Número de docentes com formação até nível médio (não normal)	Número de docentes com curso superior (sem licenciatura)	Total de docentes sem formação mínima	% do total de professores
Urbana	75.524	18.020	93.544	10,5
Rural	20.501	2.862	23.363	13,3

Fonte: Censo Escolar 2010 / Levantamento Todos pela Educação.

Tabela 4 – Formação dos professores – Ensino Fundamental II e Ensino Médio

Área	Número de docentes com formação até nível médio	Número de docentes com curso superior (sem licenciatura)	Total de docentes sem formação mínima	% do total de professores
Urbana	100.237	21.158	121.395	14,8
Rural	91.380	3.993	95.373	49,9

Fonte: Censo Escolar 2010 / Levantamento Todos pela Educação.

A partir da observação dos quadros acima, podemos perceber o descaso com a Educação do Campo, como também com os que estão envolvidos com o processo da educação que é o caso dos professores. O número de docentes que atuam na área rural com alguma formação é bem menor que os que atuam na área urbana. Basta observar o quadro para perceber a carência de profissionais em todo o território brasileiro. É preciso que essa situação mude e que os agentes envolvidos no processo de ensino-aprendizagem no campo tenham uma formação em Licenciatura em Educação do Campo que possibilite uma qualidade maior na educação.

### 3.2 PRONACAMPO

O Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO) foi lançado pelo governo em 2012 para oferecer um apoio técnico e financeiro aos estados, Distrito Federal e municípios para implementação da política de educação do campo. O PRONACAMPO foi idealizado para assegurar oportunidades para a população do campo, estabelecendo um conjunto de ações articuladas que atenderão escolas do campo e quilombolas em quatro eixos: gestão e práticas pedagógicas, formação de professores, educação de jovens e adultos e educação profissional e tecnológica. Entre as ações previstas no programa estão o fortalecimento da escola do campo e quilombola, recebendo material pedagógico adequado às

especificidades da vida do campo. Por meio do programa Mais Educação, as escolas rurais receberão uma educação integral. Além das escolas, para os professores serão oferecidos cursos de licenciatura para formação e aperfeiçoamento. Infelizmente muitos estados e municípios não foram inseridos nesse programa que é fundamental para o desenvolvimento das escolas do campo.

O PRONACAMPO visa à ampliação do acesso e à qualificação da oferta da educação básica e superior, por meio de ações para a melhoria da infraestrutura das redes públicas de ensino. Para a formação inicial e continuada, temos o PROCAMPO que é o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo, que apoia a implementação de cursos regulares de licenciatura em educação do campo nas instituições públicas de ensino superior do país, voltados especificamente para a formação de educadores para a docência nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio nas escolas rurais.

A organização curricular do PROCAMPO segue a Pedagogia da Alternância que tem como princípio a formação em diferentes tempos e espaços, que se realiza em tempos-comunidade, ou seja, uma parte do período acadêmico é trabalhada na instituição educacional e a outra em atividades de estudo e pesquisa nas escolas do campo e nas localidades em que vivem. O curso tem um público-alvo bem específico: moradores ou trabalhadores da área rural que queiram trabalhar como educadores nas séries finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. O interessado precisa gostar de atividades pedagógicas e de projetos comunitários.

Em parceria com diversas universidades em todo o território brasileiro, cujo objeto maior é a escola de Educação Básica do Campo, a SECADI oferece cursos de licenciatura e bacharelado com ênfase na construção da organização escolar e do trabalho pedagógico para os anos finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio. Conforme o *site* do MEC, há um número de trinta e três universidades e institutos oferecendo o curso de Licenciatura em Educação do Campo, em diversos estados como: Alagoas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Manaus, Minas Gerais, Pará, Paraíba, com a UFCG, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Rondônia, Roraima, Santa Catarina e São Paulo.

O PROCAMPO tem a intenção de preparar educadores para uma atuação profissional que vai além da docência, dando conta da gestão dos processos educativos que acontecem na escola e no seu entorno, contribuindo para a construção coletiva de um projeto de formação de educadores que sirva de referência prática para políticas e pedagógicas de Educação do Campo.

## 4 PROCEDIMENTO METODOLOGICO

Neste quarto capítulo apresentamos o itinerário metodológico desenvolvido para a construção da pesquisa sobre formação dos educadores do campo. Aqui apresentamos o tipo de pesquisa, seu campo e sujeitos envolvidos, além de salientar as categorias de análise que orientaram a construção do capítulo sobre os resultados da pesquisa.

### 4.1 CARACTERIZAÇÃO DO TIPO DE PESQUISA

Com o intuito de estudar ‘a formação dos educadores que atuam no campo’ orientamos nossa investigação a partir da seguinte questão: A formação dos educadores que atuam no campo atende as especificidades do contexto no qual estão inseridos? Qual a contribuição e quais as fragilidades dessa formação?

Com esta inquietação, desenvolvemos uma pesquisa de campo, numa abordagem qualitativa, a partir das contribuições de Marly Oliveira (2010). A pesquisa é do tipo exploratória e teve como campo de estudo oito (08) escolas em diferentes sítios localizados no município de Pilar, PB.

Tratou-se de uma pesquisa de campo, desenvolvida numa abordagem qualitativa. Segundo Marly Oliveira (2010, p.37), a abordagem qualitativa ou pesquisa qualitativa é um processo de análise da realidade através da utilização de métodos e técnicas para compreensão detalhada do objeto de estudo em seu contexto histórico.

Neste sentido iniciamos nosso trabalho recuperando o percurso histórico da educação do campo, para, a partir deste contexto maior, discutirmos o processo de formação dos educadores que atuam no campo.

Segundo Martinelli (*apud* OLIVEIRA, 2010, p.38), “em pesquisas de abordagem qualitativa todos os fenômenos são significativos e relevantes e são trabalhados através das principais técnicas: entrevistas, observações, análise de conteúdo, estudos de caso e estudos etnográficos”.

A partir desta orientação metodológica, escolhemos a aplicação de um questionário estruturado com nove perguntas abertas, visando coletar dos professores informações sobre a sua formação acadêmica.

Além dos vinte professores, foi entrevistado o coordenador pedagógico geral da Secretaria da Educação do município escolhido.

A pesquisa foi realizada no período de janeiro de 2014 a março de 2014, inicialmente com os professores das instituições escolares da zona rural do município em um universo de 32 docentes, sendo 20 efetivos e 12 contratados. Apenas 20 professores devolveram o questionário devidamente respondido. Destes, utilizamos para a pesquisa apenas quatro, por entendermos que através deles obteríamos informações relevantes para o nosso trabalho, sendo utilizados seus depoimentos como citações, respaldando assim as colocações dos teóricos citados no decorrer da pesquisa. Os depoimentos dos quatro professores das oito escolas, utilizados nas citações, foram escolhidos por representar a opinião da maioria dos docentes e por terem um sentido mais completo em suas colocações e ideias afins.

#### 4.2 DETALHAMENTO DO PERCURSO METODOLÓGICO

O primeiro passo no desenvolvimento da pesquisa, o levantamento bibliográfico, começamos selecionando artigos, reportagens, e livros que discutiam a educação.

O passo seguinte foi planejar a pesquisa de campo no intuito de selecionar as pessoas que seriam de fundamental importância para o tema trabalhado. A pesquisa de campo foi pensada em três partes distintas. Na primeira parte as escolas municipais da cidade que abrangem o Ensino Fundamental I e II foram escolhidas como amostra para a pesquisa.

Para a coleta das informações necessárias junto aos professores daquelas instituições educacionais, foi utilizado como instrumento o questionário constando de 09 questões subjetivas. O questionário (ver em apêndice) consistiu “basicamente em traduzir os objetivos específicos da pesquisa” (GIL, 2002 *apud* FURLAN, 2007, p.53). Após várias conversas com professores das instituições escolhidas, podemos compreender o contexto em que estão inseridas as escolas na zona rural da cidade.

De posse desse levantamento, demos início à segunda parte da pesquisa de campo que foi colher informações de pessoas relevantes da cidade, que têm conhecimento de causa para apresentar sua posição segundo o tema. Foi escolhido o coordenador geral da Secretaria da Educação e professores do campo.

O terceiro passo foi realizar uma entrevista semiestruturada por entendermos que esta permitia que o entrevistado trouxesse à tona toda a sua subjetividade e riqueza de experiências, havendo assim uma confluência de perguntas previamente elaboradas e outras pautadas a partir das respostas e elucubrações do entrevistado (SANTOS, 2006).

## 5 A FORMAÇÃO DO EDUCADOR DO CAMPO EM PILAR: resultados da pesquisa

Neste capítulo, apresentamos nossa reflexão sobre o tema a partir dos dados coletados durante a pesquisa. Iniciamos este capítulo com a apresentação de alguns aspectos relevantes da realidade do município pesquisado. Em seguida apresentamos os elementos da pesquisa que nos ajudará a responder a questão problema: A formação dos educadores que atuam no campo atende às especificidades do contexto no qual estão inseridos? Qual a contribuição e quais as fragilidades dessa formação? A partir desta questão esperamos compreender o processo de formação dos educadores (as) do campo.

Os elementos a seguir possibilitam um exercício de reflexão acerca de uma realidade tão importante no âmbito educacional, que é o processo de formação dos educadores e educadores que atuam no campo.

### 5.1 DESENVOLVENDO O CENÁRIO, CARACTERIZANDO A REALIDADE DOS QUE LECIONAM NA EDUCAÇÃO DO CAMPO EM PILAR, PB

A cidade de Pilar é uma das mais antigas do estado da Paraíba. Nela se localizam diversas escolas na zona rural, escolas que foram escolhidas para a coleta de dados desta pesquisa. Serão apresentadas imagens que mostram o espaço físico e a localização tanto da cidade como das escolas.

#### 5.1.1 O município de Pilar, PB: retrato a partir dos elementos históricos e geográficos

Figura 1: Localização geográfica e vista aérea da cidade de Pilar, PB



Fonte: Adaptação própria a partir do Google Imagens (2012).

Decorridos vinte anos do início da colonização, em 1605, a Paraíba prosperava, expandindo a penetração pelos vales férteis do litoral e da mata. Segundo o historiador Luís Pinto, 'a cana-de- açúcar' foi fonte econômica principal no início da colonização da Capitania Real da Paraíba, ocupando

o terceiro lugar em grandeza e riquezas, depois da Capitania de Pernambuco e Bahia. Em 1634, a Paraíba já contava com dez oitenta engenhos de açúcar. Às margens do rio São Domingos, hoje Paraíba, foram construídos engenhos que até hoje existem, em ruínas.

Foi nesse contexto histórico que se deu a povoação do município de Pilar, que no cenário paraibano foi a primeira vila a surgir na época colonial, a 05 de janeiro de 1765, conforme decreto do juiz de foro Dr. Miguel Cardoso Castelo Branco.

A povoação iniciada em fins do século XVI marcou a colonização holandesa na Paraíba. O historiador José Augustode Brito afirma que, após a expulsão dos holandeses, a pressa-se a conquistar para o interior. A primeira bandeira chefiada pelo capitão-mor Teodósio de Oliveira Ledopassou pela região do Pilar seguindo o São Domingos (rio Paraíba). Logo depois, os jesuítas espanhóis vindos de Pernambuco criaram as missões de Fagundes.

Em 1670, fundam a missão dos índios Cariri de Pilar, que era o divisor entre as tribos dos Tapuia; deixando alguns missionários na serrada Bodopitá, região de Fagundes, vêm a deixar-se em Pilar, levando local a assumir característica de povoado, cuja população era constituída de garimpeiros.

Em 1646, liderados pelo capuchinho italiano Frei Francisco Antônio Maria de Modena, esses missionários edificam uma igreja em estilo barroco e nomeiam como Convento de Nossa Senhora do Pilar. Até 1904, ainda existiam os restos da velha igreja em frente à matriz. Vieram também como missionários outros religiosos, um guarda espanhol, vários índios já doutrinado e alguns aventureiros espanhóis atraídos pelo lavrado ouro, precisamente onde se localiza a comunidade de Baixa Verde. Nessa época, o município de Pilar tinha uma superfície de 2.280 km.

Esses missionários fundaram um colégio para ensinar e doutrinar a população formada pelos povos Cariri. Só em 14 de setembro de 1758, D. Maria I, através de Carta Régia, eleva o povoado à categoria de vila, batizando-a como Vila do Pilar dos Cariris de Baixo em homenagem à padroeira espanhola. No final do século XVIII, era notada a vilapróspero do Pilar uma definição de urbanização.

Pilar foi Distrito de Paz em 1827. Em 06 de julho de 1854, a divisão jurisdicional da província a elegiu como 2ª Entrância pelo artigo art. 3º da Lei Provincial. Atualmente a comarca de Pilar tende os municípios de São Miguel de Taipue São José dos Ramos.

Em 15 de novembro de 1838, pelo Decreto-Lei 1.164, Pilar foi elevado à categoria de cidade, quando o maleifederal organizou o quadro territorial do estado passando a ser dos municípios a terceira categoria de cidade e sede da comarca, e influenciando até então, para o progresso do estado, através de sua fartura agrícola e pastoril.

A história de Pilar é marcada pelos desmembramentos do seu município. Em 01 de junho de 1901, Pilar dá berço a um dos maiores escritores da literatura brasileira, José Lins do Rego Cavalcanti, que levava a maior parte da sua estada ao conhecimento internacional com a publicação do primeiro livro, em 1932, *Menino de Engenho*, seguido de outros romances, crônicas, histórias infantis, ensaios e conferências.

Pilar é conhecida como “Terrade José Lins” por ser o berço de um dos maiores escritores da Paraíba conhecido em todo o território brasileiro. Está localizada a 55 km da capital João Pessoa (IBGE, Censo 2010).

### 5.1.2 Aspectos populacionais e socioeconômicos

Com 11.191 habitantes, é o septuagésimo quinto município do estado em população numa área de 102 km<sup>2</sup>. Destarte, apresenta uma densidade demográfica de 110,52 hab/km<sup>2</sup>, um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio de 0,569 (PNUD, 1991 e 2000), PIB de R\$ 43.860,591 mil e PIB *per capita* de 3.777,83 de acordo com os dados do IBGE de 2010.

A cidade tem como base da sua economia a agropecuária. Poucas são as empresas ou fábricas existentes no município, a maior parte da população assalariada pertence ao município ou ao estado. Aqui eles não conseguem uma estabilidade econômica e precisam se deslocar todos os dias para a capital ou municípios vizinhos para poder trabalhar, devido à escassez de emprego.

A cidade tem uma cultura regional muito forte, as festas regionais são valorizadas, entre elas a festa da padroeira Nossa Senhora do Pilar, as festas juninas, onde se podem destacar as quadrilhas e as festas carnavalescas que mantêm a tradição de apresentar figuras folclóricas como o boi de carnaval, fatos que quase não são mais vistos em cidades paraibanas de porte médio ou grandes.

### 5.1.3 Aspectos educacionais e desportivos

A cidade se concentra no atendimento ao Ensino Infantil Fundamental, apenas uma Escola Estadual oferece o Ensino Médio, não há instituições educacionais públicas ou privadas que ofereçam o Ensino Superior, forçando assim aqueles que concluíram o ensino médio a procurar concluir seus estudos na capital ou cidades vizinhas que ofereçam o Ensino Superior. Existem 14 escolas municipais que abrangem o Ensino Fundamental I e II, sendo que 08 escolas ficam na zona rural e 06 na zona urbana do município, tendo um total de 1.845 alunos municipais e 01 creche. Além dessas escolas existem duas escolas particulares que oferecem o Ensino Infantil, Fund

amentalIIeFundamentalIIeduascolasestaduais nas quais funcionamoEnsinoFundamentalII, FundamentalIIeEnsinoMédio. O município de Pilar, PB apresenta práticas desportivas diversificadas, a exemplo do futebol de campo, futsal, voleibol (quadra e areia), atletismo. Entretanto, possui como maior destaque o futebol de campo e o futsal.

No município existem oito escolas situadas no campo, sendo que a maioria possui apenas o Fundamental I que envolve do 1º ao 5º ano e apenas uma possui o Fundamental II que envolve do 6º ao 9º ano, conforme dados fornecidos pela Secretaria da Educação do município.

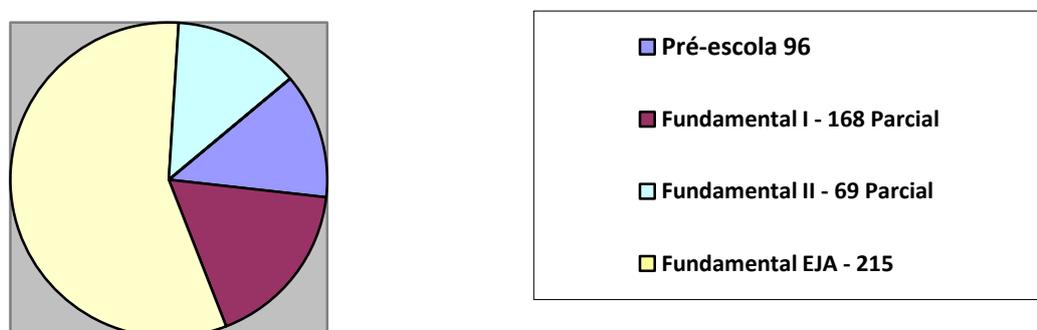
Gráfico 1: Escolas com Ensino Básico da zona rural do município de Pilar, PB



Fonte: Secretaria da Educação do município de Pilar, PB.

Conforme o Censo Escolar 2013, os alunos que estudam no campo estão distribuídos da seguinte maneira: 96 alunos matriculados na Pré-escola, 168 no Ensino Fundamental I nos anos iniciais estudando de forma parcial, 69 estudam no Fundamental II de forma parcial e 215 alunos no Fundamental EJA.

Gráfico 2 – Distribuição do alunado nas escolas da zona rural do município de Pilar, PB



Fonte: Censo escolar 2013

## 5.2 A FORMAÇÃO DO EDUCADOR DO CAMPO EM PILAR, PB: algumas reflexões

A formação dos educadores que atuam no campo atende às especificidades do contexto no qual estão inseridos? Qual a contribuição e quais as fragilidades dessa formação? A partir desta questão inicial desenvolvemos um estudo sobre a formação dos educadores do campo do município de Pilar.

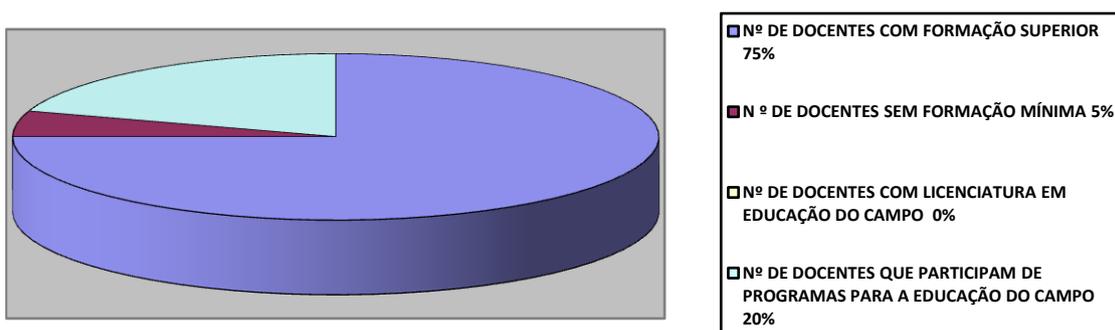
Sabemos da importância de ter professores do campo com formação específica na sua área, pois isto garante não só acesso a uma educação de qualidade para crianças, jovens e adultos camponeses, que durante a história do nosso país foram marginalizados e excluídos do direito a uma educação, mas particularmente a possibilidade de intervir nas escolas do campo em que atuam.

Neste sentido organizamos os dados coletados a partir dos seguintes critérios de análise: perfil dos professores/as; concepção de formação; tipo de formação; contribuições e fragilidades da formação.

### 5.2.1 Perfil dos professores e professoras do campo

De acordo com os dados disponibilizados pela Secretaria da Educação do Município e entrevista com docentes, o nível de formação dos professores do campo pode ser representado conforme gráfico abaixo:

Gráfico 3 – Formação dos professores da zona rural do município de Pilar



Fonte: Levantamento de dados através de questionário com os professores do município de Pilar.

Quanto ao perfil acima apresentado, identificamos que dos 20 educadores que lecionam na zona rural no município de Pilar, PB, 15 educadores possuem Licenciatura Plena em Pedagogia, dos 15 professores 04 possuem Pós-Graduação em cursos como Psicopedagogia, Orientação e Supervisão Educacional, mas não há nenhum educador formado em Licenciatura Plena em Educação do Campo. Desses professores 04 até participaram do

Programa Escola Ativa<sup>3</sup> (PEA) mas é visível como a Educação do Campo padece por falta de profissionais capazes de exercerem a docência multidisciplinar com uma atuação pedagógica nas comunidades rurais que vá além da teoria escolar e que participe ativamente da gestão de processos educativos escolares. Observa-se a confirmação na fala do educador.

*[...] nós que trabalhamos com educação do campo, encontramos dificuldades de trabalho, incentivo e muitas vezes apoio com relação aos gestores e secretários que priorizam sua zona urbana e esquecem a zona rural; é claro, que o governo federal está cada vez mais incentivando as escolas, mas que na verdade muitas vezes são desvirtuados e não são levados com a importância que merecem, pois colocam “profissionais” que não têm nenhuma referência educacional e pedagógica para desenvolver projetos que na sua verdadeira essência viriam a acrescentar e melhorar o sistema de ensino aprendizagem na zona rural. Há algum tempo, nós professores que trabalhamos com a educação na zona rural, estavam participando de um projeto chamado ESCOLA ATIVA, que por sua vez era direcionada as escolas do campo, mas que tivemos um ano de encontros pedagógicos e por fim foi ceifado, sem na verdade ter uma continuidade, um acompanhamento pedagógico para com os professores, alunos e comunidade escolar(Professor 1).*

Sem essa formação específica os educadores do campo do município de Pilar têm dificuldade de identificar e resolver problemas educativos e de lidar com a complexidade do campo, de planejar e desenvolver processos de ensino que promovam a aprendizagem dos educandos de forma contextualizada. Essa aprendizagem acontece inserindo os alunos no ambiente em que vivem, tornando-os sujeitos autônomos e criativos, capazes de produzir soluções inerentes a sua realidade, cumprindo assim o papel de uma escola inserida no seu contexto e consciente da sua responsabilidade de instruir e formar criticamente o educando, inserindo no currículo o conceito de sustentabilidade não só na cultura agrícola, mas também em outras situações como sustentabilidade ambiental, segurança alimentar, entre outros. Pontos esses imprescindíveis para a garantia de um futuro melhor e rentável.

Destacamos a importância da existência de educadores formados em Licenciatura Plena em Educação do Campo para a atuação efetiva e genuinamente do campo e com o objetivo principal de formar novas gerações de agricultores conscientes de seu papel social e cidadão, confirmando assim o que o teórico abaixo ressalta:

Por isso o professor do campo, como todo professor, deve possuir uma formação que se coadune com sua realidade, o que implica em uma formação de professores camponeses para que atuem no campo e pelo campo, como elemento educativo primordial para a apreensão da realidade camponesa pelos próprios sujeitos (ARAÚJO,2011, p. 38).

---

<sup>3</sup>Esse programa foi extinto no governo de Dilma, a partir de reivindicação dos movimentos sociais que avaliaram que o mesmo não contribuía efetivamente para a consolidação da concepção e práticas de educação do campo.

A formação do educador do campo vem sendo um dos maiores desafios não só para o próprio educador como para os movimentos sociais. Por ser a formação uma ferramenta necessária à construção de um campo e uma sociedade mais humana e solidária, sendo isso fundamental para construção de uma educação significativa e necessária à vida de cada sujeito do campo.

### 5.2.2 Concepção de formação

Em relação ao entendimento do que é formação e sua importância na prática pedagógica do educador do campo, destacamos os seguintes depoimentos:

*A escola do campo surgiu justamente para atender aqueles que moram no campo e que ainda não concluiu o Fundamental Menor (Professor 2).*

*Acredito que o professor se empenha o máximo para melhorar a educação de sua escola, e pra isso ele busca ter uma formação mais completa. Penso que uma escola em tempo integral seria o início, onde o aluno poderia aprender mais com atividades relacionadas ao seu convívio, preenchendo o seu tempo com atividades significativas para uma aprendizagem e não um faz de conta (Professor 3).*

*Como professora, procuro me doar bastante e através do meu conhecimento, criatividade e vontade de fazer acontecer. Dar minha considerável contribuição para uma educação de qualidade para a escola que eu atuo no campo (Professor 4).*

Diante das falas lidas acima, podemos destacar que nenhum dos entrevistados respondeu efetivamente o que é formação e qual sua importância na prática docente. Vimos que as respostas expressam uma visão pouco crítica sobre o processo de formação, o que nos permite inferir que a formação recebida por esses profissionais está longe de contribuir no processo de uma consciência crítica e reflexiva sobre sua própria atuação docente.

Segundo Caldart (2012) é importante dotarmos os sujeitos de informações que substituam suas práticas pedagógicas; dessa forma, teremos a possibilidade de atender a vários desafios e propostas de ação elaborados e de grande importância, além da necessidade de debater o papel da educação no processo de construção da Educação do Campo de qualidade, conscientizando os povos do campo sobre seu direito à educação.

### 5.2.3 Tipo de formação

O educador do campo, mais que uma fonte de conhecimentos, transforma-se no incentivador da aprendizagem, na sala de aula e além dela. Além de dominar os conteúdos que ensinará, o docente precisa promover a interação entre os participantes do processo e indicar meios para a aproximação, por parte dos mesmos, das fontes nas quais podem encontrar os subsídios necessários à construção do conhecimento. E para isso, é preciso que a formação seja específica para a educação do campo.

Sendo a Secretaria da Educação indagada sobre a existência de um apoio técnico aos professores para um trabalho contextualizado na educação do campo, foi respondido através da pessoa do coordenador geral, que existe sim, um acompanhamento pedagógico que acontece semanalmente, mas não específico para a Modalidade Educação do Campo. Não existe um coordenador próprio para atender às escolas situadas na zona rural. Os professores do campo recebem a mesma assistência e fazem o mesmo planejamento que os professores das escolas localizadas na cidade. Não há trabalhos exclusivos e focados na Educação do Campo.

Os docentes que lecionam no campo não participam de programas oferecidos pelo MEC, que são direcionados à Educação do Campo. A formação que esses educadores possuem é, na sua maioria, graduações em cursos pedagógicos, sem especificidades no campo.

Segundo dados fornecidos pela própria Secretaria da Educação do município de Pilar (2014), existem 08 escolas situadas no campo, que possuem na sua maioria apenas o Fundamental I que envolve do 1º ao 5º ano e apenas uma possui o Fundamental II que envolve do 6º ao 9º ano. Conforme o Censo 2013, os alunos que estudam no campo estão distribuídos da seguinte maneira: 96 alunos matriculados na Pré-escola, 168 no Ensino Fundamental I nos anos iniciais estudando de forma parcial e 79 de forma integral, 69 estudam no Fundamental II de forma parcial e 215 alunos no Fundamental EJA, com 32 professores atuantes.

Questionados como seria a seleção dos docentes para ensinar nas escolas do campo, a Secretaria da Educação, na pessoa do coordenador geral, limitou-se a responder que os critérios são feitos de acordo com o Plano de Cargos, Carreiras e formação dos docentes. Mas não explicou que formação ou qualificação seria necessária para que o docente fosse escolhido para a escola na zona rural.

Esses dados nos mostram a urgência da necessidade de se ter no município de Pilar educadores formados em Licenciatura Plena em Educação do Campo para que haja uma Educação de atuação efetiva e genuinamente do campo e com o objetivo principal de formar novas gerações de agricultores conscientes da necessidade de preservar o meio ambiente, utilizando a tecnologia para a produção de alimentos mais saudáveis e assim contribuam para o desenvolvimento do município.

#### **5.2.4 Contribuições e fragilidades da formação**

O coordenador geral, responsável pela coordenação pedagógica do município, informou que a Secretaria da Educação procurou adesão ao Programa Nacional de Educação do Campo<sup>4</sup>, inscreveu o município, mas foi informada de que os municípios que se inscreveram no ano de 2011 ainda não foram contemplados. Na sua fala, demonstrou uma inquietação e uma desesperança em conseguir que o município seja contemplado nesse Programa.

Alguns professores responderam a pergunta sobre o que seria Educação do Campo na visão deles. Diante das respostas dadas, observamos que ainda não há clareza na conceituação do que é uma Educação do Campo. Na fala de alguns educadores percebemos bem isso: *“Vi um pouco sobre educação do campo, no meu curso do magistério, que paguei algumas disciplinas sobre ela”*. (Professor 1). *“Eu participei de algumas capacitações que falava sobre Educação do Campo e participei do Programa Escola Ativa”* (Professor 2). *“Educação é educação, não há diferença e, sim, conhecimentos diferencial, onde iremos preencher algumas lacunas”* (Professor 3). *“Uma educação é importante, seja no campo ou na cidade. O conhecimento é o que importa e a relação professor-aluno”* (Professor 4). Ainda é necessária uma formação específica para que o professor do campo perceba a especificidade deste ensino.

A essência da questão da educação do campo é manter o FOCO da especificidade do campo ligado à existência de uma cultura própria da terra, do trabalho e do modo de vida rural e, da mesma forma, uma educação também específica. O currículo utilizado nas escolas do campo impõe um valor ao homem rurícola sem respeitar as diferenças do meio rural, conforme afirmação:

---

<sup>4</sup> Trata-se do PRONACAMPO - Programa Nacional de Educação do Campo.

A cultura hegemônica trata os valores, as crenças, os saberes do campo ou de maneira romântica ou de maneira depreciativa, como valores ultrapassados, como saberes tradicionais, pré-científicos, pré-modernos. Daí que o modelo de educação básica queira impor para o campo currículos da escola urbana, saberes e valores urbanos como se o campo e sua cultura pertencessem a um passado a ser esquecido e superado.[...] Daí que as políticas educacionais, os currículos são pensados para a cidade, para a produção industrial urbana, e apenas lembram do campo quando lembram de situações anormais, das minorias, e recomendam adaptar as propostas, a escola, os currículos, os calendários a essas anormalidades. Não reconhecem a especificidade do campo (ARROYO,1999, p. 29).

A Educação do Campo tem como preocupação maior a formação do sujeito, ou seja, a construção de um sujeito do campo. Construir uma organização pedagógica cujo protagonista seja o sujeito. A escola do campo vai além das palavras, dos cálculos e dos livros didáticos. Uma escola, que em seu processo de ensino-aprendizagem, considera o universo cultural e as formas próprias de aprendizagem do homem do campo, reconhecendo e legitimando os saberes dos sujeitos a partir das suas experiências de vida.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo sobre a formação dos educadores do campo, buscamos elementos que nos permitissem compreender como tem acontecido este processo tão importante para a concretização da proposta de educação do campo. A pesquisa desenvolvida nos permitiu concluir que:

- Apesar das conquistas adquiridas através dos movimentos sociais que lutam em favor dos povos do campo e, conseqüentemente, para que a Educação do Campo venha atender especificidades desta população algumas mudanças necessárias como o processo de formação dos educadores, ainda muito aquém do necessário;
- A Educação do Campo tem dado um novo rumo às políticas educacionais e ao projeto de campo no Brasil.

Mas, apesar de algumas conquistas e contribuições para a formação dos profissionais da área educacional, ainda se percebem grandes fragilidades no atendimento às particularidades e especificidades desta educação. Os municípios não têm incorporado nos seus processos de formação a proposta de educação do campo, haja vista que o município pesquisado neste trabalho apresentou fragilidades conceituais e, sobretudo, em nível de mudança na prática pedagógica dos educadores do campo.

Os educadores, de um modo geral, continuam ignorando a proposta de educação do campo, o que nos permite dizer que ainda temos um longo caminho a construir tendo em vista o desenvolvimento de uma formação específica e contextualizada na perspectiva dos sujeitos do campo.

Enfim, concluímos que a formação que vem sendo destinada aos educadores que atuam no campo não atende às especificidades desse contexto, o que vem dificultando a implementação da proposta de educação do campo construída historicamente pelos movimentos sociais e que hoje se configura numa orientação de política educacional.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Ismael Xavier de. **Educação do campo e a formação sociopolítica do educador**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011.
- ARROYO, M.; FERNANDES, B. M. **A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo. São Paulo – SP: Cortez. 1999. (Coleção Por uma Educação Básica do Campo, n° 2).
- ARROYO, M. Política de formação de educadores (as) do campo. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 27, n. 72, p. 157-176, maio/ago. 2007. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 29 de maio de 2014.
- BRASIL. Ministério da Educação. Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo. **Referência para uma política nacional de Educação do Campo**. Brasília – DF. 2005. (Caderno de subsídios).
- \_\_\_\_\_. MEC – Ministério da Educação. **Programas e Ações**. Disponível em: <[portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=&gid=6463&](http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=&gid=6463&)>. Acesso em: 09 maio 2014.
- BORGES, Livia F.F. Um currículo para a formação de professores. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro; SILVA, Edileuza Fernandes da (Org.). **A escola mudou**. Que mude a formação de professores! Campinas: Papirus, 2010. p. 35-60.
- CALDART, Roseli Salete. **Sobre a Educação do Campo**. Conceção e Fundamentos da Educação do Campo. UEPB. 2012.
- CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. **II Conferência Nacional Por Uma Educação do Campo**. Disponível em: <[www.cnbb.org.br/2Fdocumento\\_geral%2FIIConferenciaNacPorUmaEducCampo.doc&ei=INOgU7eWibjesATE6oD4DQ&usg=AFQjCNEIikPnrYtW0X2GkQpeUZjLKMIBiw&bvm=bv.68911936,d.ZGU](http://www.cnbb.org.br/2Fdocumento_geral%2FIIConferenciaNacPorUmaEducCampo.doc&ei=INOgU7eWibjesATE6oD4DQ&usg=AFQjCNEIikPnrYtW0X2GkQpeUZjLKMIBiw&bvm=bv.68911936,d.ZGU)>. Acesso em: 10 abr. 2014.
- FURLAN, Maria Ignez Carlin. **Avaliação da Aprendizagem escolar: convergência, divergência**. São Paulo: Annablume, 2007.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.
- IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Ensino- matrículas, docentes e rede escolar**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=251150&idtema=117&search=p|araiba|pilar|ensino-matriculas-docentes-e-rede-escolar-2012>>. Acesso em: 21 abr. 2014.
- MOLINA, Mônica Castagna e Sônia, Meire Santos Azevedo de Jesus (Organizadoras). **Contribuições para a construção de um projeto de Educação para o Campo**. Brasília – DF, 2004.

PNUD. **Índice de Desenvolvimento Humano - Municipal**, 1991 e 2000. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH-M%2091%2000%20Ranking%20decrecente%20%28pelos%20dados%20de%202000%29.htm>>. Acesso em: 02 fev. 2014.

INEP - Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa. **Censo Escolar**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo>>. Acesso em: 02 maio 2014.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola rural**: urbanização e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1999.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

PASSADOR, Cláudia Souza. **A educação rural no Brasil**: o caso da escola do campo do Paraná. São Paulo: Annablume, 2006.

SANTOS, Vanice; CANDELORO, Rosana J. **Trabalho Acadêmico**: uma orientação para a pesquisa e normas técnicas. Porto Alegre: AGE, 2006.

SILVA, Lucimário Augusto da. **Pilar, da Aldeia Cariri aos Nossos Dias**. Pilar: F&A Gráfica e Editora. 2007.

UM TERÇO dos professores do campo tem formação inadequada nas escolas urbanas, quantidade cai para 12%. Para especialistas, garantir formação que valorize a realidade do campo é desafio. **IG Notícias**. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/um-terco-dos-professores-do-campo-tem-formacao-inadequada/n1597739247169.html>>. Acesso em: 21 abr. 2014.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Repensando a Didática**. 21. ed. Campina: Papirus, 2004.

## APÊNDICE A - Declaração



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA**  
**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO:**  
**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES**

**DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, aceito participar e autorizo a utilização das minhas respostas através do questionário que constituirá o Trabalho Monográfico do Curso de Especialização Fundamentos Da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares a apresentar à Universidade Estadual da Paraíba. Aplicado pelo aluno José Edson da Silva.

Os dados não serão utilizados a não ser para o trabalho científico.

Itabaiana, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2014.

---

Assinatura

APÊNDICE B - Questionário à Secretaria de Educação do município de Pilar



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO:  
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES**

O presente questionário tem por finalidade coletar informações que subsidiarão nosso trabalho monográfico de conclusão de curso. As informações obtidas por este questionário serão de fundamental importância para embasamento do assunto. Agradeço antecipadamente a sua participação. Aluno: José Edson da Silva

**QUESTIONÁRIO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PILAR**

1-Quantas escolas há na zona rural?

---



---

2- Quantos professores fazem parte do quadro docente na zona rural do município de Pilar?

---



---

3- Há critérios para selecionar o docente que é enviado para lecionar no campo? Se há, que critérios são esses?

---



---

4- A secretaria de educação do município de Pilar oferece apoio técnico aos professores para o trabalho de contextualização na educação do campo?

---



---

5- Há um acompanhamento pedagógico por profissionais da área nas escolas da zona rural? Com que frequência?

---



---

6-O currículo das escolas da zona rural é o mesmo das escolas da zona urbana?

---



---

7- A formação dos educadores que atuam no campo atende às especificidades do contexto no qual estão inseridos?

---



---

APÊNDICE C - Pesquisa de Campo: Questionário para professores



**Especialização em Fundamentos da Educação:  
Práticas pedagógicas e interdisciplinares**

O presente questionário tem por finalidade coletar informações que subsidiarão nosso trabalho monográfico de conclusão de curso. As informações obtidas por este questionário serão de fundamental importância para embasamento do assunto. Agradeço antecipadamente a sua participação. Aluno: José Edson da Silva

**Pesquisa de Campo: Questionário para professores**

- 1- Nome da escola em que você leciona?
- 2- A escola se localiza em qual sítio?
- 3- O que se entende por educação do campo?
- 4- Você leciona no Campo? Que série e qual disciplina?
- 5- Na sua formação, você foi preparado para exercer a educação do campo? Justifique.
- 6- Qual é a sua formação profissional? Faz algum curso de aperfeiçoamento no momento?
- 7- Seus alunos se sentem satisfeitos com o tipo de educação que é fornecido a eles? Justifique.
- 8- Você é valorizado no seu salário? Justifique.
- 9- O que você faria para melhor a educação de sua escola?